

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA SOBRE MODOS DE VIDA COLETIVOS



#DIREITOSE
MODOSDEVIDA

Nós, Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes, Comunidades Tradicionais/Locais, organizações e redes associadas e aliados reunidos em Brasília, Brasil, por ocasião da Cúpula Global 2026 sobre Modos de Vida Coletivos e Conservação, afirmamos a necessidade urgente de transformar os atuais modelos de desenvolvimento, conservação e financiamento, reconhecendo os modos de vida coletivos e as economias comunitárias como pilares centrais para enfrentar as crises climática, ecológica e social.

Por gerações, temos sido os principais guardiões das florestas, terras e águas essenciais do mundo, guiados por conhecimentos ancestrais, modos de vida tradicionais e um profundo respeito pela natureza. Embora o mundo reconheça cada vez mais que garantir nossos direitos e liderança é fundamental para enfrentar os desafios interligados das mudanças climáticas, da perda de biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, continuamos enfrentando barreiras sistêmicas que ameaçam nossos modos de vida e os próprios ecossistemas que protegemos.

Com base nos compromissos e convenções internacionais que reconhecem os direitos originários dos Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes, Comunidades Tradicionais/Locais, bem como das mulheres e juventudes desses grupos, imaginamos um futuro em que a autodeterminação comunitária e as abordagens baseadas em direitos se tornem a base de todas as intervenções, investimentos e iniciativas em nível territorial. Vemos um futuro em que os direitos das comunidades à participação efetiva, significativa, igualitária e inclusiva em todas as questões relacionadas à gestão, uso e governança das terras, recursos, águas continentais e costeiras e serviços ecossistêmicos sejam respeitados, reconhecidos e protegidos por todos os atores estatais e não estatais; um futuro em que todas as decisões sobre o uso da terra e dos recursos estejam alinhadas com as leis, instituições, valores e crenças das comunidades; um futuro que apoie condições de trabalho dignas, diversidade cultural e sistemas de conhecimentos tradicionais; um futuro que priorize a resiliência socioecológica, a sustentabilidade e a equidade para todos.

Nós nos organizamos como uma Rede de Modos de Vida e Economias Coletivas e abrimos as portas para que outros grupos possam se unir a nós para trabalhar conjuntamente e ampliar o alcance do nosso compromisso e das nossas demandas perante o mundo, incluindo instituições financeiras, doadores, sistemas de governos e comércio.

Reconhecimento e Proteção dos Territórios

Fazemos um chamado à comunidade internacional, aos mecanismos regionais e a todos os Estados para acelerar o reconhecimento formal dos territórios coletivos tradicionais como elementos vitais para a estabilidade climática, a conservação da biodiversidade, a soberania alimentar e o desenvolvimento sustentável. O reconhecimento legal deve ser acompanhado de políticas específicas que protejam defensoras e defensores territoriais e garantam os direitos coletivos e individuais das mulheres das comunidades e dos povos indígenas isolados e recente contato.

Os governos e as instituições multilaterais devem adotar e implementar marcos vinculantes para enfrentar a violência, a criminalização das práticas tradicionais, a grilagem de terras, os crimes ambientais e todas as demais ameaças contra nossos povos, terras e territórios. Reafirmamos nossos direitos de governar nossas terras, florestas, savanas e pescarias; de defender a soberania alimentar; e de viver em harmonia com a natureza, guiados por conhecimentos ancestrais e valores culturais. O reconhecimento legislativo pleno dos nossos sistemas de governança e dos nossos direitos coletivos sobre a terra, a água, as florestas, as sementes e os recursos naturais é essencial para alcançar esses objetivos.

Economias Sustentáveis e Financiamento

Há uma necessidade urgente de uma nova arquitetura financeira internacional que reconheça a autonomia política e fiscal dos Estados para estabelecer salvaguardas sociais e ambientais robustas, ao mesmo tempo em que assegure os direitos de propriedade coletiva, autodeterminação e governança dos Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais/Locais sobre suas terras, territórios, águas continentais, zonas costeiras e os serviços ecossistêmicos associados.

Todos os investimentos, iniciativas de financiamento e acordos de repartição de benefícios devem reconhecer os titulares de direitos e as autoridades territoriais como atores políticos e econômicos distintos — e não meros beneficiários — com autoridade para definir suas próprias prioridades de desenvolvimento, conservação e bem-estar. Os fluxos financeiros devem ser diretos, flexíveis, acessíveis, proporcionais e de longo prazo, canalizados por meio de instituições de governança comunitária que incluam estruturalmente as mulheres e reduzam os obstáculos burocráticos e a dependência de intermediários. Deve ser garantido apoio específico para mulheres e juventudes.

Fazemos um chamado aos Estados, fundos climáticos, mecanismos de biodiversidade, bancos de desenvolvimento, organizações filantrópicas e iniciativas de mercado para garantir financiamento equitativo e sensível ao gênero proveniente de todos os mecanismos de financiamento climático, compensações de carbono, REDD+ e mecanismos de conservação que afetem territórios comunitários, incluindo mecanismos transparentes de repartição de benefícios e fluxos mínimos diretos para instituições comunitárias como condições vinculantes para aprovação de projetos.

Os investimentos na sociobioeconomia, na restauração de ecossistemas e nos serviços ecossistêmicos devem fortalecer as cadeias de valor indígenas e tradicionais baseadas no pertencimento cultural, solidariedade e sustentabilidade. Esses investimentos devem respeitar a autodeterminação e a governança coletiva das comunidades, garantindo o controle sobre seus conhecimentos, sistemas alimentares, patrimônio biocultural e modelos de produção, apoiados por sistemas de certificação justos e acessíveis para comercialização e acesso ao financiamento.

Governança Inclusiva e Participação Ativa

Fazemos um chamado ao reconhecimento formal dos direitos comunitários, da titularidade e da autoridade de tomada de decisão em todas as interações com governos, financiadores, pesquisadores e o setor privado, garantindo que as decisões relacionadas aos territórios, às economias e à conservação sejam guiadas pelas prioridades autodeterminadas dos Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais/Locais.

Os espaços de tomada de decisão, os mecanismos de financiamento e os sistemas educacionais devem reconhecer e incorporar nossas línguas tradicionais, valores e conhecimentos. Todos os governos e instituições internacionais devem respeitar os direitos das comunidades de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, conhecimentos ecológicos, instituições de governança consuetudinária e a propriedade intelectual associada — incluindo protocolos bioculturais, leis sobre direitos tradicionais e práticas próprias de cada comunidade.

Defendemos uma compensação justa pelo trabalho e pelos produtos comunitários baseados em conhecimentos ancestrais, reconhecendo as comunidades como titulares de direitos e atores econômicos nos processos de agregação de valor. Os sistemas de mercado e certificação devem ser reformados para ampliar o acesso aos produtos comunitários. Dadas as limitações dos modelos de livre mercado, fazemos um chamado a compromissos multilaterais, bilaterais e regionais de comércio que apoiem políticas públicas voltadas à proteção dos sistemas de vida comunitários como alternativas sociobiodiversas, culturalmente enraizadas e socialmente inclusivas.

Integração Estratégica nas Agendas Globais

As economias e os meios de vida comunitários devem ser reconhecidos como componentes estratégicos das agendas de clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, incluindo os processos no âmbito da UNFCCC, da CDB, da UNCCD, dos planos nacionais de ação climática e de biodiversidade, e dos compromissos globais relacionados à restauração, florestas e sistemas alimentares.

Saudamos iniciativas regionais — incluindo o PAS Afrodescendente e os esforços do Brasil e da Colômbia — voltadas para superar lacunas históricas no reconhecimento territorial e na governança ambiental.

Fortalecimento da Liderança e dos Conhecimentos

A participação direta e significativa dos Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais/Locais nas negociações multilaterais deve ir além de uma representação simbólica, garantindo capacidade real para influenciar agendas e exercer controle sobre decisões que afetam territórios, meios de vida e futuros coletivos. O acesso à informação plena, transparente e culturalmente apropriada — fundamentada no Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) — é essencial para uma autodeterminação efetiva.

Fazemos um chamado ao fortalecimento da governança territorial tradicional, ao aumento da proteção de defensoras e defensores territoriais e ambientais, e ao apoio aos sistemas comunitários de monitoramento e conservação como bases fundamentais para o controle territorial, a transmissão de conhecimentos e a resiliência. A cooperação Sul-Sul e o intercâmbio de conhecimentos entre territórios são essenciais para fortalecer as capacidades coletivas de adaptação.

As mulheres, as juventudes e as lideranças comunitárias devem ser formalmente reconhecidas como atores centrais das economias territoriais, com acesso equitativo à posse da terra, à tomada de decisões e ao financiamento direto. Os governos, a sociedade civil e os financiadores devem criar conjuntamente oportunidades significativas que reduzam o êxodo juvenil e fortaleçam os conhecimentos intergeracionais e as relações bioculturais que conectam as comunidades aos seus territórios.

Convite à Ação

Convidamos governos, organizações multilaterais, instituições financeiras, atores filantrópicos, sociedade civil e movimentos sociais a se comprometerem com ações concretas, mensuráveis, profundas e de longo prazo que fortaleçam os meios de produção coletivos e as economias comunitárias como a base duradoura de uma transição ecológica justa.

Esta Declaração serve como um apelo global à ação coletiva para construir um futuro fundamentado em direitos, territórios, solidariedade, diversidade e justiça. Também representa um chamado para transformar as relações de poder que historicamente marginalizaram os Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais das decisões sobre seus territórios e futuros.

Isso exige o pleno reconhecimento da autodeterminação, dos sistemas próprios de governança e da liderança territorial das comunidades.

Brasília, Brasil, Maio 29, 2026

A Declaração de Brasília foi um resultado da Cúpula Global sobre Modos de Vida Coletivos e Conservação



EM PARCERIA COM

